

NOVAS ÁREAS DE EXPANSÃO DO CAPITAL VINÍCOLA NO RIO GRANDE DO SUL: REDES E DINÂMICAS LOCAIS

*Tiaraju Salini Duarte¹
Liz Cristiane Dias²*

RESUMO

A imigração italiana desde sua gênese até os dias atuais causou (e causa) novas dinâmicas no território brasileiro. No Rio Grande do Sul esse processo gerou uma mudança na base agraria deste estado, contrapondo o latifúndio à pequena propriedade. Juntamente com a imigração italiana a produção vinícola cresceu e se expandiu. Com o aumento pela demanda essa se especializou, principalmente, na serra gaúcha. Estas grandes empresas no contexto socioeconômico atual buscam novos territórios e criam redes, gerando novas dinâmicas locais. Em vista disso fazem-se necessários estudos sobre este fenômeno, buscando localizar e espacializar estas empresas para uma melhor compreensão deste processo.

Palavras-chave: Imigração italiana. Vitivinicultura. Redes. Dinâmicas locais.

1 INTRODUÇÃO E MÉTODOS DA PESQUISA

A imigração italiana durante seu processo de ingresso e instalação no território brasileiro sofreu significativas mudanças no que se refere à organização do espaço rural e urbano. Para a ciência geográfica, o espaço possui diversas funções e segundo Milton Santos:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 1996, p.51).

Estas considerações acerca das transformações do espaço e suas novas organizações se enquadram perfeitamente as mudanças pelas quais as empresas vitivinícolas vêm passando. Estas transformações têm como gênese a integração ao mercado urbano-industrial, o qual determina o que se deve produzir, quanto se deve produzir e para quem se deve produzir, regulando o sistema de produção. Além disso, este sistema se utiliza de novas dinâmicas espaciais, readequando essas conforme a sua necessidade e buscando territórios de expansão

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande.

² Professora Adjunta do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

É dentro desta lógica que as grandes empresas vinícolas se enquadram na conjuntura atual da vitivinicultura. A famosa “serra gaúcha”, região conhecida como produtora de vinhos finos se utiliza hoje deste aspecto para atrair turistas do mundo inteiro. Por conseguinte, ocorre um processo de criações paisagísticas. Contudo, as vinícolas, em vista do aumento da demanda por esse produto e a crescente utilização deste como um atrativo turístico começam a procurar novos territórios onde possam se estabelecer de modo a buscar maiores facilidades para a plantação de videiras, produção vinícola e seu escoamento.

Desta maneira, este estudo busca localizar e espacializar estas grandes indústrias vitivinícolas que se deslocam da dita região tradicional de produção de vinhos para novas áreas que despontam no cenário econômico da vitivinicultura no Rio Grande do Sul, (serra do sudeste e a região da campanha) de modo a demonstrar a formação de novas redes econômicas e dinâmicas espaciais nestas regiões.

Para isso, em um primeiro momento foi necessário fazer um resgate histórico da imigração italiana no Brasil, no Rio Grande do Sul e na região da serra gaúcha, para melhor compreender a formação deste complexo agroindustrial. No segundo momento, serão analisadas as novas regiões de expansão vinícola no Rio Grande do Sul. Para isso, além da revisão bibliográfica, foi imprescindível espacializar essas para compreender as dinâmicas do capital. Assim sendo, primeiramente foi necessário estabelecer quais parâmetros seriam usados para classificar as regiões produtoras de vinho no Rio Grande do Sul. Por conseguinte optou-se pelo DECRETO N° 99.066, DE 8 DE MARÇO DE 1990, o qual regulamenta as zonas de produção (neste trabalho optou-se por utilizar o conceito de região produtora³) de vinho através do art. 117.

Art. 117. Para efeito deste regulamento, Zona de Produção é a região geográfica formada por parte ou totalidade de um ou mais municípios, na mesma Unidade da Federação, onde existem a cultura da videira e a industrialização da uva (Lei n° 7.678, art. 42, parágrafo único).

É a partir do DECRETO N° 99.066 que foram separadas as regiões produtoras conforme o *artigo 118*: “As zonas de produção são: I - Estado do Rio Grande do Sul: a)

³ Trabalha-se com o conceito de região em vista que este aborda as questões culturais, sociais, físicas e agronômicas de cada lugar. Além disso, este conceito é essencialmente trabalhado e abordado pela ciência geográfica, sendo um de seus principais conceitos.

Região da Serra Gaúcha; b) Região do Alto Jacuí; c) Região do Alto Uruguai; e d) Região da campanha.

Através de uma base de dados do IBGE – Malhas municipais digitais 2007 – disponibilizada no site: www.ibge.gov.br/mapas_ibge/Bases_e_Refereciais/Bases_Cartograficas/Malhas_digitais/Municipal_2007/Malha_Municipal_Digital_2007_25/, foi possível mapear e identificar cada município e assim identificar as regiões , e, através do programa ARC GIS 10 foi feita a espacialização dos dados.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 O contexto histórico da imigração italiana

A imigração italiana no Brasil tem seu inicio no segundo quartel do século XIX, a fim de atender as necessidades do mercado de trabalho, ou seja, substituição da mão de obra escrava pela assalariada. Para entender a imigração é necessário compreender o porquê do deslocamento de um grande contingente populacional de um continente para outro. A Itália, no século XIX, passava por intensas mudanças políticas e territoriais, de modo que a revolução industrial, que estava no seu auge, proporcionava uma mudança nos campos, afinal trazia a mecanização e as ideias de grandes extensões de terras para abastecer o mercado.

A aplicação da ciência à tecnologia, que resultou no surgimento da máquina, teve como efeito o aumento da produtividade do trabalho. (...) Ao produzir mais em menos tempo, intensificando o ritmo de trabalho, a máquina barateia não só a mercadoria, mas o próprio valor do trabalho. (PESAVENTO, 1983, p. 18).

Neste contexto de mudanças, a população que vivia nos campos é expropriada do seu local de origem levando a fuga dos campos para a cidade, movimento migratório que gera uma mão de obra excedente nos espaços urbanos e que se transforma em um problema social e político para o país.

Camponeses italianos fugiram do desgaste do solo, das expropriações de terras, do orgulho ferido por décadas de domínio austro-húngaro no norte da Itália. Sonhava-se com liberdade, com uma pequena porção de terra. O sonho de fazer a América era também de construir uma outra Itália com dignidade. (CERQUEIRA, 2003, p.4).

No Brasil o problema era diferente: Já existiam as grandes propriedades de terras, nos locais que foram povoados, a questão principal era a forte influencia da Inglaterra sobre o país, praticamente obrigando a substituição da mão de obra escrava.

O capitalismo não admite a escravidão, porque este não forma um mercado consumidor. Ele recusa também o domínio físico sobre a pessoa do trabalhador, atendendo-se apenas a compra da força de trabalho, e deixando ao trabalhador os cuidados com a subsistência e o sustento da família. (BONI e COSTA, 1984, p.85).

A elite cafeeira dividida por estas ideias acaba visando à imigração como solução para os problemas da mão de obra, afinal o preconceito estava embutido dentro de nossa elite, e tornar o escravo um trabalhador assalariado estava praticamente fora de cogitação. Dessa maneira a imigração no Brasil se dá dentro de um contexto de conflitos ideológicos, onde de um lado tínhamos a mão de obra escrava e as ideias de compra dessa que não seria reembolsada, e a substituição por colonos que seriam assalariados ocorrendo uma “igualdade” entre os donos de terras e os trabalhadores, pois os dois teriam poder de aquisição de bens materiais.

Dentro destas disputas, os primeiros colonos alemães chegam ao Rio Grande do Sul por volta do inicio do século XIX, sendo instaladas as primeiras colônias no vale dos Sinos, mais especificamente na colônia de São Leopoldo, no vale do rio Jacuí, Caí, Taquari e Sinos, podendo usufruir da hidrografia para transportar seus produtos, tendo assim uma maior mobilidade. Além disso, os imigrantes alemães receberam do governo Brasileiro total auxilio a colonização, como despesas com passagem, doação de terras e para compra de equipamentos a serem utilizados nas colônias.

Já a colonização italiana neste Estado se dá de forma diferenciada. A partir da Lei de Terras, institucionalizada em 1850, não há mais doações dos lotes de terra, mas sim a obrigação de compra, evidenciando neste momento o inicio das relações de capital entre o imigrante e o governos provincial e imperial.

Data oficial da imigração italiana é de 20 de maio de 1875, mas não se sabe ao certo em que data o império tomou a si a empresa de colonizar Conde d' Eu e dona Isabel. Os arquivos são omissos a este respeito. Não há dúvida, porém, quanto à presença de colonos italianos já antes de 1875, disseminados pelas outras colônias da província. (...) Dados do governo provincial revelam que entre 1859 e 1975, teriam entrado no Rio Grande do Sul cerca de 7290 italianos. (BONI e COSTA, 1984, p. 65).

A estrutura fundiária destas colônias também entrava em divergência com o modelo tradicional brasileiro, de maneira que enquanto a estrutura fundiária era baseada nas grandes extensões de terras de caráter monocultor, voltada sempre para o mercado externo. A agricultura que abastecia o mercado interno ocupava pequenas extensões de terras nas “bordas” das fazendas.

Já nas colônias de imigração italiana, a estrutura é baseada na mão de obra familiar, em pequenas dimensões territoriais, voltada para a produção de autoconsumo, com a comercialização do excedente no mercado interno.

2.2 Produção vinícola da colonização italiana no Rio Grande do Sul

O vinho é um produto tradicional da cultura italiana, sendo este cultivado desde o começo das instalações dos imigrantes em nosso território. Esta produção era voltada para o consumo próprio e ligada às ideias de manutenção de um vínculo com a sua cultura. O vinho, ao longo do tempo, adquire um caráter de especialização, mas também, uma elevada valorização comercial. Este produto era feito artesanalmente nas casas dos agricultores, nas cantinas que eram localizadas nos porões. Esta produção que no início era voltada para o consumo próprio começa a ser comercializada com viajantes, como produto artesanal. Destas relações comerciais, surge uma maior procura para este produto e o produtor visando o lucro familiar busca uma maior produção desta cultura para a comercialização. Assim, os comerciantes consolidam as relações de compra e venda com os produtores rurais.

Os comerciantes possuíam prestígio com os colonos; assumindo também funções de banqueiros na qual este depositava suas economias para que rendessem juros, fazendo com que o capital de giro destes comerciantes aumentasse cada vez mais. (KAUTZMANN, 2007, p. 28)

Os comerciantes logo começam a acumular capital lucrando com o sobre trabalho camponês. Destas relações surgiram os primeiros comerciantes-fabricantes de vinho. Os principais mercados de comercialização eram, de acordo com Tavares dos Santos (1978), em São Sebastião do Cai, levada a Montenegro e daí remetida a Porto Alegre.

Com a evolução das relações capitalistas e a evidente atividade lucrativa que era a comercialização do vinho, o governo toma uma posição acerca das relações de produção

dos agricultores, obrigando estes a se enquadrarem em um sistema de higiene ou abandonar a fabricação caseira. O abandono fica evidente, de modo que o agricultor familiar sem o dinheiro para investir neste programa do governo acaba se limitando somente ao plantio da uva, deixando a fabricação com os comerciantes-fabricantes. Neste momento, fica evidente a submissão do agricultor familiar aos comerciantes com relação à aquisição de capital.

O camponês não disponibilizando de tempo nem dinheiro para melhorar as condições de sua fabricação caseira acaba por abandonar a produção artesanal para se dedicar somente à produção de matéria prima. Desse modo, temos a separação entre agricultura e indústria doméstica rural, com uma centralização do capital nas mãos dos comerciantes.

Logo, estes comerciantes-fabricantes tornam este processo em uma forma de integração de cadeias produtivas, delegando ao camponês somente a função de produtor de uva. Por sua vez, este agricultor busca na venda para uma mesma empresa/firma em vista de estabelecer garantias para a comercialização. Porém, o comerciante-fabricante, via de regra, era quem estipulava o preço da uva a ser comprada, retirando a total autonomia do produtor, somente após o interesse do governo neste segmento produtivo é que será estabelecida uma tabela de valores fixos para a compra da uva (este por sua vez era considerado muito baixo pelos agricultores). Além disso, a burguesia industrial descontava do preço da uva alguns fatores exógenos em relação à produção, como por exemplo, o frete, o açúcar, o cal, entre outros. (Tavares dos Santos, 1978).

O camponês via-se então em uma situação de subordinação, afinal era obrigado a aumentar a sua produção para poder comprar mais produtos, para elevar mais a produção, instalando um ciclo de subordinação ao capital. O capital industrial acaba tirando a autonomia do camponês, de modo a controlar a produção e sua valorização no interior do sistema produtivo.

A evolução das relações de comercialização faz com que alguns agricultores e comerciantes se unam para formar cooperativas para ampliar a produção do vinho. Todavia, muitas destas cooperativas, posteriormente, irão se transformar nas grandes indústrias vinícolas como as vinícolas, Aurora, Miolo, Nova Aliança, Terrasul etc. concentrando o processamento industrial da uva nas mãos de poucos empresários. Outras vinícolas surgem a partir de iniciativas privadas, como a vinícola Salton, Lídio Carraro, casa Valduga etc. Com a entrada destas indústrias no mercado, temos o inicio da união

com empresas multinacionais, e os vinhos que eram comercializados somente no Brasil ganham valorização internacional.

Como a demanda pelo produto aumentando, logo o produtor rural acaba tendo que optar entre a produção de autoconsumo e a produção especializada para o mercado, voltada para aos complexos agroindustriais emergentes. A questão do mercado e a diminuição pela procura de produtos artesanais ou de autoconsumo, levam o agricultor para o processo de integração com as agroindústrias emergentes, e daí se dá a sua subordinação ao mercado, dependendo deste para a sua reprodução social.

2.3 A rede

O mundo atual esta conecta através de redes cada vez mais densas e dinâmicas, essas sendo materiais e imateriais, concretas ou abstratas, representadas no espaço ou no ciberespaço.

A aceleração considerável que marca a extensão do agir reticular apoia-se manifestadamente na proliferação super-poderosa dos instrumentos informáticos. Com eles, as redes são cada vez mais despojadas do seu peso material para se aproximarem da sua essência abstrata que configura toda a atividade econômica e a vida das pessoas. (FORGET, 1999. Pag. 101)

O conceito de rede, apesar de ser mais difundido no século XX com a revolução nos meios de transporte (naval, aéreo, rodoviário) que foram amplamente melhorados e difundidos neste século, com a revolução na informática através da internet, a qual possibilita fluxos contínuos de informação vinte e quatro horas por dia, de norte a sul e leste a oeste do mundo, tem-se a impressão que este conceito é essencialmente atual. Contudo, como aponta Ruy Moreira, o fenômeno das ligações em rede não tem origens muito recente.

Imaginemos o espaço no passado, quando cada civilização constituía um território organizado a partir de um limite específico e da centralidade de uma cidade principal. De cada cidade parte uma rede de circulação (transportes, comunicações e energia) destinada a orientar as trocas entre as civilizações umas com as outras, a cidade exercendo o papel de arrumadora, organizadora e centralizadora dos territórios. Temos aí uma rede organizando o espaço. (MOREIRA. 2007, pag. 57)

Dessa forma comprehende-se a formação de redes a partir de ligações feitas entre nós, demonstrando que essas se constituíam desde sociedades passadas, até a dita sociedade Pós-moderna⁴. Assim sendo, redes são formadas a partir de vários pontos (nós) interligados.

“A rede surge então como uma constelação de nós produtivos e distributivos [...] que malham intervalos percorridos por moveis (bens materiais e imateriais, trabalhadores e consumidores por exemplo) que representam valor e que produzem uma densidade de movimento em constante crescimento”. (FORGET, 1999. Pag. 104)

O espaço é assim organizado, através de fluxos (as redes) e de fixos (os nós) produzindo rearranjos espaciais. Uma das diferenças das “novas” redes é o aumento dos fluxos sobre o espaço. As novas dinâmicas demonstram que somente redes com alta velocidade se mantêm no cenário competitivo do capitalismo. Redes de fluxos lentas acabam sendo “devoradas” por redes de maior fluxo, exacerbando a lógica do capitalismo. Este processo se define como lei das densidades exposta por Philippe Forget. “Qualquer zona de densidade de movimento determinada capta as zonas de densidade mais fraca, quando estas entram em contato com aquela”. (FORGET, 1999. Pag. 103).

É dentro deste processo de movimentos contínuos que as grandes empresas procuram se instalar em novos territórios em busca de vantagens competitivas, recursos naturais, mão de obra qualificada etc. procurando aumentar sua margem de lucro e seu domínio sobre o mercado. Através das redes essas se densificam e se dispersam pelos territórios, dominando empresas menores e as absorvendo, criando novas dinâmicas locais, nacionais e mundiais.

Nesta perspectiva se encaixam as empresas vinícolas do Rio Grande do Sul, que através de redes se dispersam pelo território, migrando de uma região concentrada urbana para uma desconcentrada (Metade sul do Estado), visando à criação de nós que servirão como suporte para a sua produção, beneficiamento e dispersão de produtos.

⁴ Não quero ser entendido erroneamente como se afirmasse haver uma mudança global de paradigma nas ordens cultural, social e econômica; qualquer alegação dessa natureza seria um exagero. Mas, num importante setor da nossa cultura, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distingue um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e proposições do de um período precedente (Harvey, 2002, p. 4).

2.4..Novas áreas de expansão do capital Vinícola no Rio Grande do Sul: redes e dinâmicas locais

A chamada “Serra Gaúcha” é palco hoje de diversos setores econômicos que alavancam sua economia. Entre eles se destaca a vitivinicultura. A produção de vinhos é característica desta região a mais de um século, sendo essa o berço das grandes empresas vinícolas do Brasil. Nomes de expressão no setor de vinhos, como Salton, Aurora, Miolo, etc. são comumente lembrados pela população consumidora de vinhos.

Contudo, nos últimos anos, a tendência da indústria vinícola da serra gaúcha foi uma desconcentração produtiva, em vista de outras atividades que começam a sobressair na economia desta região. Empresas tradicionalmente conhecidas pela produção de vinhos começam a procurar novas regiões produtoras para especializar, melhorar e aumentar a produção. Com isso, em um primeiro momento cria-se redes de transporte para o escoamento da produção. Posteriormente começam a se instalar neste novo território e produzir nele (FIG 01).

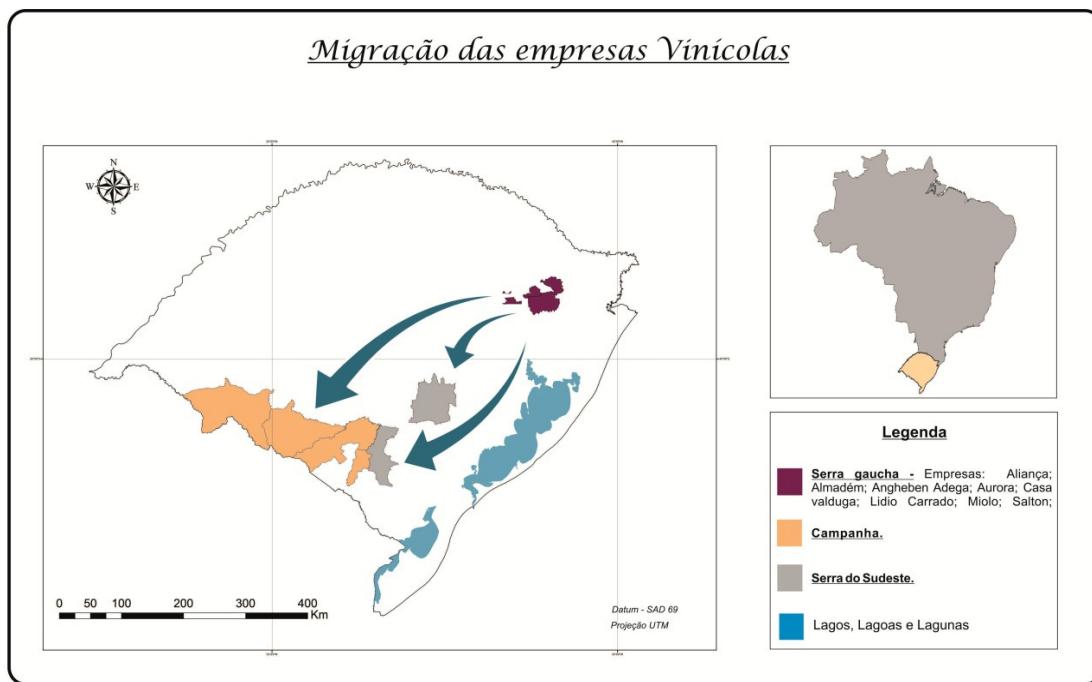


FIG. 01: Novas áreas de expansão do capital vinícola. FONTE: DUARTE, Tiaraju Salini. 2011.

As novas regiões que atraem as empresas vinícolas são denominadas de Campanha – microrregião de expansão das vinícolas compreendendo os municípios de Santana do Livramento, Dom Pedrito, Candiota e Bagé, e serra do Sudeste abarcando os municípios de Encruzilhada do Sul e Pinheiro Machado.

O cultivo da uva nestas regiões não começa com a chegada das grandes corporações vinícolas, contudo é a partir da expansão deste setor para estes municípios que teremos o aumento e a especialização desta produção.

O fortalecimento e o estabelecimento de bases para a vitivinicultura na campanha gaúcha ocorrem concomitantemente ao período de expansão e modernização da produção gaúcha de vinho principalmente a partir do ingresso de empresas multinacionais na serra gaúcha na década de 1970. (ENGELMANN, 2009. Pag. 40)

Diferentemente da produção da serra gaúcha, como visto acima baseado na pequena propriedade familiar, a produção na campanha e na serra do sudeste ocorre baseado no latifúndio e na inserção de grande capital tecnológico na plantação, características da expansão capitalista de mercado. Assim sendo, grandes empresas se direcionaram para diversos municípios da campanha e da serra do sudeste, se instalando e criando um impacto tecnológico e econômico nestes municípios (FIG 02).

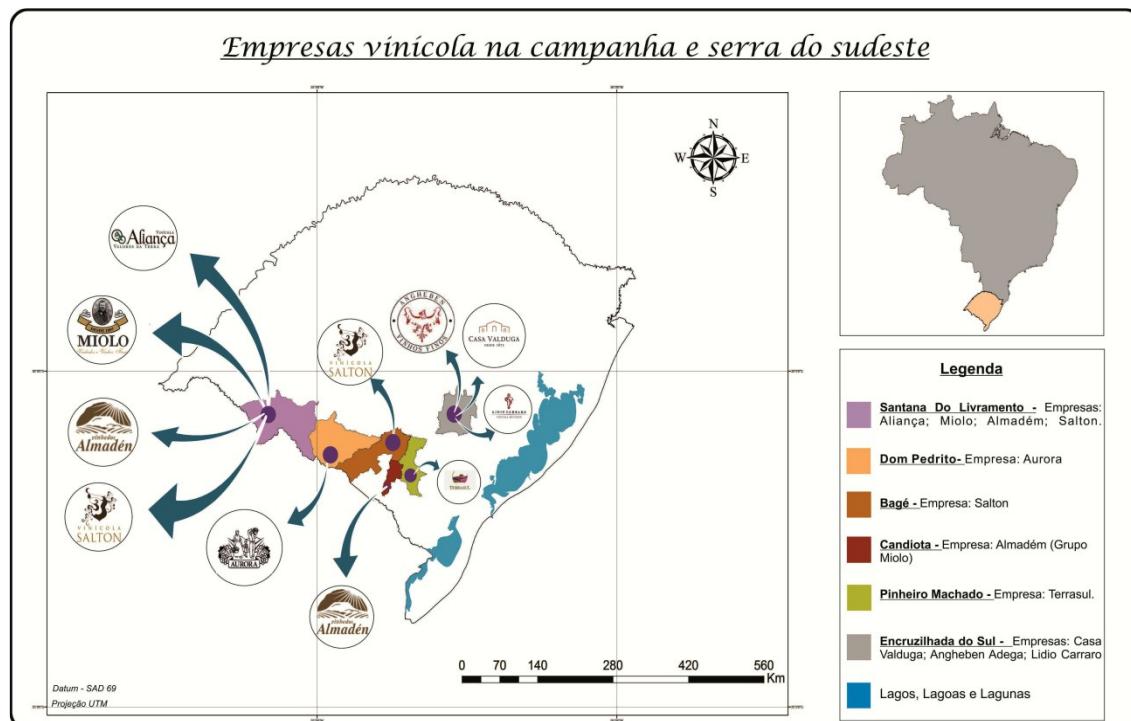


FIGURA 2: Localização das empresas vinícolas nas novas regiões produtoras.
FONTE: DUARTE, Tiaraju Salini. 2011.

“Os principais empreendimentos realizados na Metade Sul, com exceção dos mais antigos em Santana do Livramento, foram desenvolvidos por empresas vitivinícolas sediadas na Serra Gaúcha”. (FERREIRA, 2005. Pag. 50)

Interessadas principalmente na questão da terra para a plantação (latifúndios com um relevo aplainado propício para mecanização e produção em massa), no clima, na questão pluviométrica e na média térmica⁵ as empresas vinícolas visualizam estes municípios como um forte potencial de expansão para seus negócios.

Em suma, observando os índices agroclimáticos obtidos ao longo dos anos, pode-se afirmar que a Metade Sul oferece condições climáticas mais favoráveis ao amadurecimento de uvas finas, o que é evidenciado tanto pelos índices heliopluviométricos apresentados, como pela menor umidade relativa do ar e menor índice de precipitação ocorrido nos meses de dezembro a fevereiro. (FERREIRA, 2005. Pag. 50)

Com isso, criam-se novas dinâmicas locais e redes de comércio e transporte que buscam proporcionar uma melhor logística para as grandes empresas. Essas mudanças implicam um rearranjo espacial nestes municípios bem como no próprio Estado. Estabelecem-se conexões entre a “Serra Gaúcha” e a metade sul, o que muda a organização espacial do Estado.

Estabelecer uma conexão é ligar duas zonas de malhagens de maneira que o espaço assim traçado produza um movimento de conjunto homogêneo, constituindo deste modo um mesmo espaço de reversibilidade⁶. (FORGET, 1999. Pag. 104)

Com isso novas formas de domínio sobre o território começam a despontar no cenário da metade sul do Rio Grande do Sul. Um domínio do capital de grandes indústrias vinícolas sobre os agricultores e até mesmo sobre as políticas públicas municipais. Contudo, a produção vinícola na metade sul é uma realidade, sendo fortemente incentivada. A questão central que deve ser debatida é sobre o tipo de investimento que serão feitos bem como quais serão as vantagens da instalação de empreendimentos nestas regiões. O que se tem ciência é que a metade sul do Rio Grande do Sul desponta como uma nova região produtora de uvas e vinhos no mercado nacional.

⁵ Para mais dados agroclimáticos ver: FERREIRA, 2005.

⁶ Por reversibilidade compreende-se o movimento que os objetos tecem no espaço.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a partir da emergência da imigração a organização socio-espacial passa a ser diferenciada da estrutura fundiária dominante até o século XIX, principalmente no que se refere ao território sulino.

Na porção sul do Rio Grande do Sul a base da agricultura era representada pelo latifúndio pecuarista e pela presença das charqueadas, todavia na porção norte e nordeste, temos o estabelecimento de pequenos lotes de terra, nos quais era desenvolvida a agricultura diversificada, alterando significativamente a organização territorial deste Estado.

A vitivinicultura se insere neste contexto social e produtivo. Devido à colonização italiana e a busca pela manutenção da cultura dos imigrantes é que a produção da uva e a fabricação do vinho surgem como estratégias para o desenvolvimento da região.

À medida que os setores da indústria vinícola começam a se desenvolver, principalmente após a década de 1970, com a entrada de multinacionais nesta região, a demanda e a procura por este produto aumenta, e, por conseguinte a sua importância no cenário nacional. Outro aspecto que merece destaque é o crescimento da indústria do turismo na Serra Gaúcha. Com o crescimento deste segmento aparecem novas formas de dinamizar a economia. Por conseguinte, as grande vinícolas (que lucram com o turismo) começam a buscar novas áreas para o plantio da uva, priorizando nessa região o turismo e o beneficiamento da uva.

É dentro deste viés que a microrregião da campanha e a serra do sudeste se encaixam. A partir da década de 1970 grandes indústrias vinícolas oriundas da serra gaúcha começam a comprar lotes de terras na metade sul do Estado para o plantio da uva. Com essa compra e com a criação de vinícolas nestes municípios começa a se formar uma rede de comércio e transporte ligadas a vitivinicultura. Estas redes dinamizam o espaço e a economia municipal. Além de terras, temos a implantação de vinícolas, principalmente no século XXI. Desta maneira é possível observar como novas regiões começam a despontar no cenário nacional da produção vinícola. A campanha e a serra do sudeste demonstram que a criação de redes densas tendem a criar um desenvolvimento local a partir de um polo tecnológico/industrial.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Fábio V. **Imigração Italiana**. Pelotas, 2003, 10 p. (série de 4 artigos).

DE BONI, L. A; COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EST – Correios Riograndense – EDUCS, 1984. 244 p.

DECRETO Nº 99.066, DE 8 DE MARÇO DE 1990

ENGELMANN, Daniel. **Da estancia ao parreiral: Um estudo de caso sobre a vitivinicultura em Santana do Livramento**. 2009, 125p. Dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal de Rio Grande do Sul /UFRGS.. Porto Alegre.

FERREIRA, Felipe Ghuteil. **Estratégias de produção das empresas vitivinícolas da serra gaúcha investidoras em vitivinicultura na metade sul do rio grande do sul**. 2005, 153p. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de pós-graduação em agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre.

FORGET, Philippe. POLYCARPE, Gilles. **A Rede e o Infinito**. Ensaio de Antropologia Filosófica e Estratégica. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 315p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo. Edições Loyola. 2002

KAUTZMANN, Ana P. P. **a imigração italiana no rio grande do sul e suas relações com a agricultura familiar**: O estudo de caso do Município de Pelotas – RS. 2007, 58 p. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar**: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais: espaço, tempo e crítica. N° 1(3), VOL. 1, 1º de junho de 2007. Pag 55 – 70. Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADs/etc%202007_1_3.pdf

PESAVENTO, Sandra J. RS: **Agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.216p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996. 392 p.